

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (FFCL) no período de 1957 a 1964: estudo de uma instituição escolar.

Silvana Fernandes LOPES¹
Laura Pacífico SPARVOLI²

Resumo: Segundo a bibliografia produzida, a FFCL de São José do Rio Preto cumpriu um papel de vanguarda no que se refere à organização e à gestão do ensino superior. Nesse sentido, este artigo busca discutir a originalidade/modernidade do projeto educacional dessa instituição no período de 1957 a 1964, a partir da análise da organização departamental e da participação discente. Para tal, utilizamos documentos sobre o processo de criação da FFCL, relatórios de disciplinas, atas de departamentos e do Centro Acadêmico Filosofia. Os resultados indicam que, de fato, essa instituição foi organizada em três departamentos, porém que funcionaram em consonância com o regime de cátedra. Já quanto à participação discente, variava desde a paridade até a representação restrita a um aluno por série. Assim, os resultados demonstram que o caráter inovador/revolucionário dessa faculdade foi superdimensionado pela bibliografia, o que pode ter colaborado para acentuar uma "mística" existente na cidade em torno da história e da importância dessa instituição.

Abstract: According to the existing literature, the FFCL of São José do Rio Preto had a pioneering role as regards the organization and management of higher education. This article aims to discuss the originality/innovativeness of the educational project of this institution in the period from 1957 to 1964, based on an analysis of departmental organization and student participation. In order to do so, we use documents about the creation process of the FFCL, reports of courses, and minutes of departmental meetings and of the Academic Philosophical Center. The results show that, indeed, this institution was organized in three departments, though these operated in consonance with the chair system. Student participation varied from equal representation to the representation of a single student per class. Thus, the results show that the innovative/revolutionary character of this institution was exaggerated in the existing literature and may have contributed to the existing "mysticism" in the city as regards the history and the importance of this institution.

Introdução

O presente estudo está inserido numa temática mais ampla: a de desvendar diferentes aspectos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (FFCL), visando, assim, uma reconstrução da história dessa instituição.³

Nessa direção, a partir do exame de alguns traços de sua organização, este artigo tem como objetivo discutir a originalidade/modernidade do seu projeto educacional, elegendo como objeto de análise a organização departamental e a participação discente.

O período estudado (1957 a 1964) justifica-se por abranger o início das atividades da

FFCL de São José do Rio Preto até o Golpe Militar de 1964, cujo impacto no funcionamento do ensino superior em geral, e no dessa instituição em particular, foi bastante acentuado.

Para o entendimento dessa faculdade é fundamental tomarmos como referência tanto o processo de expansão do ensino superior no Brasil até a década de 1960 quanto o papel social desempenhado por esse nível de ensino, assim como as condições socioeconômicas que os produziram.⁴

Em linhas gerais, historicamente o ensino superior no Brasil exerceu as seguintes funções: i) de preparação de quadros para os cargos burocráticos estatais ou privados de que o sistema necessitava; ii) de mais um distintivo de classe para a elite; e iii) de via de ascensão social das camadas médias. Sua expansão deu-se de maneira a atender às necessidades do sistema econômico e às reivindicações das camadas médias, valendo-se de estratégias diversas para a preservação do prestígio social que esse grau conferia às elites. Dessa maneira, o processo de ampliação de vagas no ensino superior ficou conhecido como “expansão controlada”.

Nesse quadro, as décadas de 1950 e 1960 caracterizaram-se por um período de grande expansão do ensino superior e, para que a mesma fosse efetivada, uma das estratégias utilizadas foi a de interiorização do ensino superior no Estado de São Paulo, com a criação de estabelecimentos de ensino nas cidades onde o desenvolvimento urbano-industrial se fazia mais aceleradamente. Concentrando recursos, o Governo do Estado de São Paulo organizou, em 1955, o Sistema Estadual de Ensino Superior e o Conselho Estadual de Ensino Superior. Com os cursos criados a partir de 1957 e 1958, verificou-se um crescimento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras pelo interior do Estado na forma de Institutos Isolados de Ensino Superior, localizados em São José do Rio Preto, Marília, Assis, Araraquara, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Franca e Rio Claro.

É a partir dessa perspectiva geral que se faz possível balizar possíveis avanços e limites de uma dada instituição criada no período, como é o caso da FFCL de São José do Rio Preto.

De acordo com a produção acadêmica produzida sobre a instituição (ATTAB, 1973; OLIVEIRA, 1989; SILVA, 1995; VAIDERGORN, 1995), ela cumpriu um papel de vanguarda em termos de projeto educacional entre os Institutos Isolados de Ensino Superior do interior paulista. As razões apontadas são basicamente as seguintes: i) sua organização em departamentos; ii) sua forma de representação discente; iii) a liberdade concedida aos professores para discutir e reformular conteúdos das disciplinas; e iv) a intensa participação de alunos e professores em atividades extraclases.

Para a análise da organização departamental e da participação estudantil empreendidas por essa instituição durante o período estudado, foram utilizadas diferentes fontes, tais como os documentos referentes à criação da FFCL, relatórios de disciplinas apresentados por professores, atas de reuniões de departamentos e atas do Centro Acadêmico Filosofia.

Do ponto de vista metodológico, para a investigação da história de uma instituição escolar há diversos caminhos possíveis, e a eleição das fontes dependerá, na maior parte das vezes, das condições materiais objetivas de acesso. A questão fundamental é buscar um conjunto de fontes que possam ser cotejadas entre si, evitando-se o uso de um só tipo de documento, procurando, assim, minimizar os riscos de um “enviesamento” do olhar do pesquisador (SANFELICE, 2007).

No interior das instituições há um quebra-cabeça a ser decifrado. Uma vez dentro da instituição, trata-se de se fazer o jogo das peças em busca dos seus respectivos

lugares. Legislação, padrões disciplinares, conteúdos escolares, relações de poder, ordenamento do cotidiano, uso dos espaços, docentes, alunos e infinitas outras coisas ali se cruzam. Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica etc.) que agem e interagem entre si, “acomodando-se” dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade (SANFELICE, 2007, p. 77).

Porém, se uma instituição é constituída pela síntese de múltiplas determinações, cada uma dessas instituições responde a essas determinações de uma forma particular, produzindo suas peculiaridades, delineando a sua identidade. Caberá ao investigador buscar o sentido dessa identidade na relação entre o particular e o geral.

Para se captar o que é a singularidade de uma instituição torna-se necessário olhar o universal (a totalidade). Se o singular não existe por si, uma vez que está contido no universal, o universal não se institui sem as contraditórias relações das múltiplas singularidades. Captar o movimento, a tensão entre o singular e o universal é o fundamental da pesquisa.

Se o singular depende da sua materialidade única, o universal também não é uma abstração: é uma totalidade histórica determinada pelo seu modo de produção, pelas suas relações sociais, pelas suas práticas políticas, culturais, ideológicas e educativas, dentre outras (SANFELICE, 2009, p.198).

Levando-se em conta as questões levantadas sucintamente até aqui, a apresentação deste artigo está organizada nas seguintes seções: **1.** Uma breve contextualização histórica da criação da FFCL; **2.** A organização departamental na FFCL; **3.** A participação discente na FFCL; e **4.** Considerações finais.

1. Uma breve contextualização histórica da criação da FFCL

São José do Rio Preto, um importante polo socioeconômico do Estado de São Paulo, foi se constituindo como tal desde a sua fundação, em meados do século XIX. A expansão da malha ferroviária em direção ao interior paulista, durante as primeiras décadas do século XX, criou condições para que a cidade fosse, pouco a pouco, transformando-se em um centro comercial no âmbito da região noroeste. O crescente desenvolvimento econômico impulsionou a ampliação das atividades terciárias e das atividades rurais vinculadas à indústria, e na década de 1950 a cidade já contava com uma população predominantemente urbana.

Esse desenvolvimento socioeconômico, associado à pretensão de políticos e membros das camadas mais escolarizadas, facilitou a constituição de uma instituição de ensino superior na cidade.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, atualmente um dos campi da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, foi criada em 1955.

Esse processo contou com a participação de diversas associações de classe da cidade, que posteriormente compuseram o Conselho Geral da FFCL, tais como as associações de Medicina e Cirurgia; Comercial, Industrial e Agrícola; Rural; Regional de Odontologia; Profissional dos Contabilistas; dos Engenheiros; dos Farmacêuticos; além do Rotary Clube; do Lyons Clube; da Seção Local da Ordem dos Advogados, entre outras.⁵

De acordo com documentos compilados por Lodi (1976), o projeto original

encaminhado à Câmara Municipal, após intenso debate durante a sua tramitação, foi promulgado pela Lei nº 394, em 26 de maio de 1955, criando, assim, a Universidade Municipal de São José do Rio Preto.

Essa lei já previa em suas disposições gerais e finais a possibilidade de o Estado encampar essa Universidade Municipal (art. 15):

Assim que o Estado, por sua conta, criar e quiser instalar Cursos Superiores no Município, este poderá entrar em entendimento com aquele [*Município de São José do Rio Preto*], facilitando-lhe a encampação, ouvindo-se a Administração e o Conselho Técnico da Universidade, sobre a conveniência e oportunidade da medida (LODI, 1976, p. 184).

Embora tenha criado a Universidade Municipal em maio de 1955, em agosto do mesmo ano o prefeito decreta a criação da Faculdade Municipal de Filosofia, Ciências e Letras por meio do Decreto nº 249/55. Para tal, tomou por base as seguintes considerações:

Considerando que a lei municipal nº 394, de 26 de maio de 1955, cria a Universidade Municipal e dá outras providências;
Considerando que se trata de um plano a ser integralizado gradativamente, na medida das possibilidades;
Considerando que a legislação federal exige para a constituição de uma universidade, a congregação de, pelo menos, três institutos de ensino superior, dois dos quais dentre os seguintes: Faculdade de Filosofia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina ou Faculdade de Engenharia;
Considerando que, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 11º da citada lei municipal nº 349, a Diretoria Executiva faz minucioso estudo para elaboração do plano diretor, concluindo pela necessidade e possibilidade de ser criada e instalada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (LODI, 1976, p. 193).

Também nesse caso, o Decreto “considera” a participação do Estado no funcionamento da FFCL.

Considerando que o Sr. Governador do Estado, Dr. Janio da Silva Quadros, assinou memorial cedendo professores, funcionários do Estado, e o prédio onde funciona o Instituto de Educação “Monsenhor Gonçalves” para funcionamento da Faculdade desejada, e que foi ratificado pelo Vice-Governador em exercício, Sr. General Porfírio da Paz, como contribuição do Estado ao empreendimento municipal (LODI, 1976, p. 193).

A faculdade iniciou suas atividades em 1957, com as provas do 1º concurso de habilitação realizadas entre os dias 1º e 5 de abril e a Aula Magna no dia 10 do mesmo mês. O seu funcionamento foi autorizado pelo Decreto Federal nº 41.061, de 27 de fevereiro do mesmo ano.

Artigo único – É concedida autorização para o funcionamento dos Cursos de História Natural, de Letras Neo-Latinas, de Letras Anglo-Germânicas e de Pedagogia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, criada pelo Decreto Municipal nº 249, de agosto de 1955, e **mantida pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto**, Estado de São Paulo (LODI, 1976, p. 205, grifo nosso).

Com base nos debates legais em torno da criação da Universidade Municipal (e da

Faculdade Municipal de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto), depreende-se que havia por parte do município a intenção de estadualizá-la.

Em 13 de setembro de 1956, o deputado Aluísio Nunes Ferreira apresenta à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a Proposta de Lei nº 602/56, na qual pleiteia a criação de uma FFCL na cidade como Instituto Isolado do Sistema Estadual de Ensino Superior. O projeto foi vetado pelo Governador (Mensagem nº 144, de 4 de abril de 1957) e, em 3 de maio do mesmo ano, a Assembleia Legislativa rejeita o veto, aprovando a Lei nº 3.844, de 10 de maio de 1957: "Fica criada na cidade de São José do Rio Preto, como instituto isolado do sistema estadual de ensino superior, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras" (LODI, 1977).

Apesar dessa estadualização prevista em lei, a faculdade continuou funcionando com recursos municipais. Os primeiros anos foram marcados pela falta de quadro docente, pelos constantes atrasos no pagamento dos salários dos professores, pelas instalações físicas inadequadas, enfim, por uma série de dificuldades geradas pela insuficiência de recursos financeiros disponibilizados pelo município, apesar da prosperidade econômica vivida pela cidade.

Por essas razões, foi realizada uma intensa campanha pela oficialização dessa estadualização, promovida por professores, alunos, políticos e lideranças locais, e em 13 de janeiro de 1959 foi aprovada a Lei nº 5.177:

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a adquirir, por doação, da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto, o patrimônio da Faculdade Municipal de Filosofia, Ciências e Letras daquela localidade [...] (SÃO PAULO, 1959).

Os primeiros cursos que funcionaram na FFCL, a partir de 1957, foram os de Letras Anglo-Germânicas, Letras Neo-Latinas, História Natural e Pedagogia, organizados em quatro seções, as quais posteriormente foram transformadas em três departamentos: Letras, História Natural e Pedagogia, respectivamente.

2. A organização departamental na FFCL

Segundo Oliveira (1989), a FFCL teve o objetivo de criar um novo modelo de ensino universitário, adotando a organização departamental, o que seria uma novidade em termos de estrutura, uma vez que as universidades se organizavam a partir de cátedras vitalícias. A afirmação sobre essa originalidade, apontada por Oliveira, foi reiterada pela produção acadêmica produzida, já referida anteriormente.

Para situarmos essa afirmação, faz-se necessário considerarmos inicialmente a relação cátedra/departamento na história das instituições de ensino superior brasileiras, embora bastante estudada por diversos estudiosos da história da educação.

O regime de cátedra como o núcleo organizador do ensino superior teve origem com a criação das primeiras unidades de ensino, a partir de 1808, em forma de aulas e cadeiras. Essas unidades simples foram sendo sofisticadas ao longo do Império e da Primeira República, porém mantiveram como estrutura básica a cadeira como um conjunto de matérias relacionadas e sob a responsabilidade de um "lente" ou um professor catedrático

(CUNHA, 2007c).

O Estatuto das Universidades Brasileiras, aprovado em 1931 (BRASIL, 1931), manteve a cátedra e ratificou a posição hierarquicamente superior do professor catedrático em relação aos demais docentes (FÁVERO, 1992, p. 3). Dessa forma, a escolha dos assistentes e auxiliares era tarefa do catedrático, que teria a possibilidade de guiar essas escolhas por afinidades pessoais e/ou ideológicas. Essa concentração de poder fazia-se sentir na maioria das instituições de ensino superior, tanto na composição dos órgãos colegiados quanto nos seus regimentos e, de uma forma geral, até a Lei nº 5.540/68 (BRASIL, 1968) as atividades administrativas, científicas e pedagógicas mantiveram-se sob o poder do professor catedrático.

Entretanto, esse poder já foi sendo gradativamente enfraquecido, tanto no que diz respeito à legislação quanto à prática, em muitas instituições. Na aprovação da Lei nº 4.024/61, por exemplo, a maioria dos artigos referentes à cátedra foi vetada, com exceção do art. 76:

Nos estabelecimentos oficiais federais de ensino superior, os diretores serão nomeados pelo Presidente da República dentre os professores catedráticos efetivos em exercício, eleitos em lista tríplice pela congregação respectiva, em escrutínios secretos, podendo os mesmos ser reconduzidos duas vezes (BRASIL, 1961).

Esse artigo só foi revogado pelo Decreto Lei nº 464/69 (BRASIL, 1969).

A mesma Lei nº 4.024/61 também faz referência aos conselhos departamentais e os concebe como uma reunião de cátedras afins, já que as mesmas foram mantidas pela Constituição de 1946 (BRASIL, 1946).

Como podemos observar, a coexistência do regime departamental com o de cátedra permaneceu em muitas universidades e institutos até a Lei nº 5.540/68, que “extinguiu a cátedra ou cadeira na organização do ensino superior do país” (art. 33, §3º), estabelecendo que “o departamento será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal, e compreenderá disciplinas afins” (art. 12, §3º).

Cunha (2007a) aponta algumas instituições de ensino superior que teriam apresentado propostas acadêmicas bastante inovadoras para o período. Para a finalidade deste artigo, apresentaremos como exemplo duas delas: o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e a Universidade de Brasília (UNB).

As principais inovações do ITA, criado em 1949, foram assentadas na organização em departamentos, na ausência das cátedras vitalícias, em um currículo flexível, na pós-graduação e no regime de dedicação exclusiva dos docentes à pesquisa e ao ensino (CUNHA, 2000, p. 173). Já a UNB, criada em 1961, destacou-se por uma organização administrativo-pedagógica que previa um conjunto de institutos centrais e faculdades, cada um deles composto por departamentos. Caberia aos institutos centrais fornecer o ensino introdutório (completado pelo ensino especializado das faculdades) e o ensino de pós-graduação e formação de pesquisadores. Além disso, não havia nessa instituição professores catedráticos, e sim professores contratados pela legislação trabalhista. Para contornar a exigência de professores catedráticos prevista pela Constituição de 1946, como já vimos, a cátedra passou a ser entendida como grau acadêmico e não mais como cargo (CUNHA, 2007a, p.141-148).

Diante desse quadro geral, a questão da implantação do modelo departamental pela

FFCL de São José do Rio Preto em 1957 não era uma exceção, especialmente porque nela havia a coexistência cátedra/departamento.

De acordo com o Projeto de Regimento Interno⁶, “[...] As disciplinas ensinadas nos Cursos Ordinários da Faculdade constituirão matéria das seguintes Cadeiras [...]” (art. 11º). Por sua vez, “[...] Cada uma das Cadeiras, de que trata o artigo anterior, ficará a cargo de um professor catedrático que poderá dispor, conforme as necessidades do ensino, de um ou mais assistentes” (art. 12º). “As disciplinas afins poderão ser agrupadas em departamentos para maior eficiência do trabalho, ficando a organização interna desses departamentos a cargo dos respectivos professores catedráticos” (art. 13º) (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1956a, p.6-7).

Assim, o próprio projeto de regimento abriu a possibilidade de que os cursos e as cadeiras se organizassem de maneira diferenciada e, portanto, não necessariamente por departamentos.

No entanto, a lei de estadualização nº 5.177, de 13 de janeiro de 1959, dispunha em seu art. 10: “Para melhor realização de suas atividades didáticas e científicas, as Cadeiras se articularão em Departamentos [...]”.

Essa estadualização impulsionou a criação do departamento de Letras (fundado em 24 de agosto de 1959) e do de Pedagogia⁷ (fundado em 16 de maio de 1959), que passaram a se organizar de maneira a agregar todas as cadeiras de cada curso em departamentos.

O curso de História Natural, porém, estruturou-se de maneira diversa. No trecho abaixo, apresentamos parte da ata da reunião realizada no dia 30 de outubro de 1961, na qual “[...] o Sr. Diretor [*João Dias da Silveira*] expôs a razão primeira da mesma que era a verificação do modo como se organiza o Curso de História Natural”.

[...] foram prestadas informações pelo Professor Fahad [coordenador geral do curso], o qual esclareceu estar o curso de História Natural, atualmente, constituído por Departamentos, sendo um por Cadeira, nos moldes da Filosofia de São Paulo e de Rio Claro. De acordo com as palavras do Dr. Silveira, o essencial é que haja um entrosamento entre as Cadeiras de modo que possam ser resolvidos, em conjunto, os problemas de ordem geral, como distribuição de verbas, etc. Além disso é necessário que haja um representante do Curso para o estabelecimento de ligações entre a Direção e os Professores (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1961-1963, s.d.).

Depois de solicitada pelo então diretor da Faculdade, nessa mesma reunião, uma nova forma de organização, os catedráticos do curso de História Natural começam a discutir, em 9 de abril de 1962, a formação e o regimento do departamento, o qual substituiria o conselho departamental e reuniria as cadeiras do curso sob um único departamento. Durante a discussão, foi sugerida a formação de dois subdepartamentos, o de Ciências Biológicas e o de Ciências Geológicas, os quais passariam a dividir as cadeiras entre eles. Por fim, deliberou-se pela criação de um único departamento, representando todas as cadeiras e constituído por todos os professores catedráticos, por um representante dos assistentes e por um representante dos alunos (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1961-1963, s.d.).

Diante do exposto até aqui, uma possibilidade de compreensão do caráter original da proposta desenvolvida por essa FFCL, tão propalado pelos autores que a estudaram, seria levar-se em conta o sentido atribuído à organização departamental. Para Cantoni (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1962, p.2), caberia ao departamento “uma planificação da produção e da apropriação do saber, expressa em termos de íntima

colaboração entre os diversos ramos do conhecimento, realizada na base de uma real cooperação entre professores e alunos”.

Essa organização se baseia numa concepção de Departamento como convênio livre entre professores e alunos, na qual os alunos têm direito de voz e voto, como acontece no Departamento de Pedagogia, representação paritária. O objetivo principal dessa organização departamental é a realização, por professores e alunos, do planejamento, execução e crítica do currículo escolar (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1962, p. 4).

Nessa direção, a participação estudantil nas instâncias decisórias dessa FFCL seria uma condição indispensável para a viabilização de sua proposta educacional, e é sobre essa questão que trataremos a seguir.

3. A participação discente na FFCL

A década de 1960 foi marcada pela intensidade de atividades organizadas pelos estudantes em contraposição à quase inexistência de movimento docente e de servidores técnico-administrativos. O movimento estudantil realizou tanto mobilizações de âmbito nacional quanto formulou ideias e propostas sobre a universidade. O Centro Acadêmico Filosofia (CAF) da FFCL de São José do Rio Preto não estava alheio a esses acontecimentos.

Durante a campanha de estadualização da Faculdade, os estudantes reunidos no CAF colaboraram ativamente. Organizaram comissões para coleta de assinaturas em favor da questão entre “1) Médicos; 2) Advogados; 3) Comerciantes; 4) Funcionários públicos; 5) Engenheiros; 6) Dentistas; 7) Contadores; 8) Prelados; 9) Togados; 10) Professores; 11) Estudantes” (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1958-1960, f. 16-16v).

Explicou então o Presidente [do CAF] que esta campanha culminaria com a ida à [sic] Palácio de uma comitiva que seria formada de autoridades da cidade, e da região chefiada pelo Prefeito de S. J. Rio Preto da qual fariam parte aproximadamente cinquenta alunos da Faculdade ficando assentado então que a escolha destes seria feita pelo Presidente do Centro tendo em vista o trabalho desenvolvido por cada um durante a Campanha (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1958-1960, f. 16v).

Além da campanha de coleta de assinaturas, os estudantes encaminharam um ofício dirigido ao Governador do Estado de São Paulo. O presidente do CAF (representando os alunos) visitou autoridades locais, juntamente com o presidente do Conselho Geral da Universidade, o diretor e professores da Faculdade (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1958-1960, f. 17v-18). Por todo esse trabalho, parabenizou os estudantes e reforçou que mesmo que o objetivo não fosse alcançado, “nem por isso estaríamos desmerecidos, porque os alunos da Faculdade de Rio Preto já haviam demonstrado sua capacidade de trabalho” (f. 17).

Já dentre as mobilizações nacionais de estudantes mais marcantes do período estudado encontra-se o apoio à Campanha de Defesa da Escola Pública, deflagrada a partir do “Manifesto dos Educadores”, de 1959, contra o substitutivo apresentado por Carlos Lacerda durante a tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa defesa da escola pública contou com um número expressivo de estudantes, organizados pela União Estadual dos Estudantes (UEE) (CUNHA, 2007a, p.104-106).

O CAF de São José do Rio Preto também se manifestou contrário aos artigos do substitutivo nº 2.222/57, que permitiam a “[...] entrega das verbas da escola pública aos proprietários de estabelecimentos particulares de ensino”. Especificamente em relação ao art. 3º, item II, considerava que “é, antes de tudo um alcapão; uma armadilha que não disfarça o objetivo de carrear para as escolas particulares os dinheiros destinados por lei à educação pública”, entre outros argumentos, e propunha “a realização de um Seminário com a participação de todos os professores e alunos da Faculdade, para discussão *[sic]* do referido substitutivo” (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1958-1960, f. 33v-34).

A participação discente foi tema de outro movimento bastante significativo ocorrido quando a LDB (Lei nº 4.024/61) foi sancionada pelo presidente João Goulart, com vetos pouco significativos. Os estudantes não ficaram satisfeitos com essa decisão política e decidiram lutar pelo aumento de sua participação na gestão das instituições de ensino superior. “Para isso, seria necessário mudar o artigo 78 da LDB, no qual se determinava que essa participação se faria na forma dos estatutos das universidades e escolas isoladas” (CUNHA, 2007a, p. 116).

Na tentativa de tentar impedir que as instituições, isoladamente, optassem pelo menor número possível de alunos representantes ou pela limitação de sua atuação, a União Nacional dos Estudantes (UNE) acabou deflagrando uma greve, seguida por alunos da maioria das instituições de ensino superior brasileiras. Essa greve pela representação estudantil de um terço em todos os órgãos colegiados teve duração de quase três meses (de final de junho a agosto de 1962), sem que se conseguisse o resultado esperado.

Os estudantes da FFCL de São José do Rio Preto também entraram em greve em 1962 pela representação estudantil nos órgãos colegiados da Faculdade, porém, por meio das atas do departamento de Letras, é possível inferir que aproveitaram essa mobilização em nível nacional para reforçar uma reivindicação, já existente desde 1960, pela participação paritária tal como acontecia no departamento de Pedagogia.

Os documentos analisados revelam que a greve estudantil de 1962 na FFCL pautava-se em uma reivindicação mais ousada do que a apresentada em âmbito nacional e também indicam que a paridade existente no departamento de Pedagogia era uma exceção em termos nacionais.

Antes da referida greve na FFCL, a representação estudantil no departamento de Letras era de um aluno por série para cada um dos cursos (Letras Anglo-Germânicas e Letras Neo-Latinas) e no departamento de História Natural era de apenas um aluno. Como resultado da greve, o recém-formado Conselho do Departamento de História Natural aprovou a representação de um aluno por série, “o menor número possível”, de acordo com a ata do Conselho dos Departamentos do Curso de História Natural, de 9 de abril de 1962, já mencionada na seção anterior.

Mesmo não conseguindo a tão reivindicada paridade, é necessário destacar que os alunos representantes participavam ativamente das reuniões de departamento, chegando a fazer parte de reunião de fundação do departamento de Letras, em 24 de agosto de 1959. Depois de 1962, essa participação também pôde ser observada no departamento de História Natural, uma vez que os alunos passaram a ter direito a voto deliberativo, a proporem horários e mudanças nos programas das disciplinas, além de conseguirem, acima de tudo, fazer-se ouvir pelos docentes.

Um exemplo da participação estudantil pode ser verificado no trecho abaixo, extraído da ata de Reunião do Departamento de Letras, realizada no dia 18 de outubro de

1960 — e, portanto, anterior à greve de 1962 — e que contou com a presença do diretor Raphael Grisi:

Na Ordem do Dia, foi lido pelo Chefe do Departamento um ofício enviado pelos alunos do Curso de Letras Neo-Latinas, referente aos trabalhos de aproveitamento das diversas Cadeiras do Curso, ofício êsse contendo as seguintes solicitações:

1) “que os professores reunidos façam um calendário em que sejam regulamentados o número racional e as datas de entrega de todos os trabalhos práticos para nota de aproveitamento”;

2) “que a data de entrega dos trabalhos seja marcada até um mês antes dos exames, ficando outrossim esclarecido que nenhum trabalho deverá ser marcado depois daquela data, afim de que os alunos possam preparar suas provas parciais.”

Os alunos Zequi Elias, Meiry Leite de Barros, Roberto Brandão e Elena Andreoli usaram da palavra, afim de melhor exporem os motivos de seu pedido.

[...]

O Prof. Orestes Nigro propôs que, inicialmente, por questão de princípio, fôsse aprovada a planificação dos trabalhos.

[...]

Continuando, o prof. Flávio Vespasiano di Giorgi propôs uma reunião inicial dos professores para discutir o assunto.

[...]

O Dr. Raphael Grisi lembrou a conveniência de planificar-se o Curso todo e não apenas o ano, para o que, o Departamento poderia contar com o apoio da Direção da Faculdade. Essa planificação implicaria num compromisso assumido não só pelos professores, como também pelos alunos (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1959-1963, f. 19-20).

De todo modo, a proposta defendida por Wilson Cantoni pode ser apreendida no trecho abaixo:

- A participação dos alunos nos órgãos didáticos e administrativos da vida universitária é pressuposto básico de qualquer programa de democratização e de racionalização, em profundidade, do ensino superior.

- O argumento de que essa participação não pode ser concedida devido à imaturidade dos alunos no trato dos problemas da educação significa, na prática, a vontade, deliberada ou inconsciente, de conservá-los nessa imaturidade, pois os afasta precisamente do estudo e da solução responsável desses problemas.

[...]

- Sem prejuízo do mérito da representação dos alunos nos conselhos e órgãos administrativos da Universidade, essa representação não deve provir só de concessões de cúpula, mas deve ser uma decorrência natural e orgânica da participação dos alunos nos órgãos de base da vida universitária, ou seja, nos Departamentos (CANTONI, 1964, p. 38).

Além da participação mencionada nesta seção, os alunos desenvolveram diversas outras atividades, juntamente com professores dos departamentos de Letras e de Pedagogia, tais como o Grupo Universitário de Trabalhos Artísticos (GRUTA) e o projeto de alfabetização de adultos, organizado pelo Movimento de Cultura Popular (MCP).

4. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo discutir a originalidade/modernidade do projeto implantado pela FFCL de São José do Rio Preto, durante o período de 1957 a 1964. Diante

da amplitude e complexidade do tema, este trabalho procurou focalizar apenas dois aspectos: a organização departamental e a participação discente.

O estudo da bibliografia existente sugere um clima de exaltação ao caráter moderno/revolucionário dessa FFCL, apresentando, no entanto, poucos documentos que sustentem essa posição. Divulgados e reiterados dessa maneira, esses trabalhos podem ter contribuído para a cristalização de uma visão idealizada dessa faculdade durante seus primeiros anos de funcionamento, acentuando, assim, uma “mística” em torno da história dessa instituição. Essa visão precisa ser revista com base em fontes primárias que ainda não foram exploradas sistematicamente, e o estudo ora realizado procurou, na medida do possível, contribuir para isso.

Como pudemos apreender, se por um lado a estruturação da FFCL em departamentos não era propriamente uma inovação em termos organizacionais, com inúmeros exemplos semelhantes espalhados pelo Brasil no mesmo período, por outro lado, o conceito de departamento implantado, pelo menos no de Pedagogia, apresentava muitos avanços para a época, pressupondo a paridade estudantil e a discussão efetiva do conteúdo e da organização do curso no âmbito do departamento.

O documento dirigido ao Conselho Federal de Educação intitulado “A representação dos alunos e a Reforma Universitária” e assinado por 23 professores, após a descrição de como se dava a representação dos alunos nos três departamentos, afirma:

Esta é a contribuição de Rio Prêto para a Reforma Universitária nacional. Mesmo os projetos reformadores mais lúcidos, como o da Universidade de Brasília e o da Universidade do Ceará, não estabelecem a representação dos alunos nos Departamentos, ou seja, nos órgãos de base do trabalho universitário. Representação que é, para nós, em Rio Prêto, o fundamento da democratização e da racionalização das relações institucionalizadas de ensinar e aprender, a contrapartida interna da definição das funções da educação dentro da consciência e do projeto nacional de desenvolvimento (CANTONI, 1964, p.36-37).

Outro aspecto bastante interessante do projeto da FFCL foi a ênfase na viabilização de ações políticas e culturais, envolvendo os alunos em um número expressivo de atividades extracurriculares organizadas tanto por professores quanto pelo próprio Centro Acadêmico de Filosofia. Provavelmente essa riqueza de atividades realizadas dentro e fora da faculdade, uma vez que procurava abranger a comunidade rio-pretense e da região, tenha colaborado para “justificar” a severa repressão militar sofrida pela faculdade no período imediatamente posterior ao Golpe de 64.

Notas

¹ Professora Doutora do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Câmpus São José do Rio Preto. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa “História e Política Educacional Brasileira. E-mail: <silvanaflopes@gmail.com>.

² Professora da Rede Particular de Ensino de São José do Rio Preto. Membro do Grupo de Pesquisa “História e Política Educacional Brasileiro. E-mail: <laura_eparvoli@yahoo.com.br>.

³ No âmbito do Grupo de Pesquisa “História e Política Educacional Brasileira” (linha “História das Instituições Educativas”), vários projetos sobre a FFCL estão sendo desenvolvidos.

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0330708W8HPYAJ>

⁴ Há uma farta bibliografia sobre essas questões. Entre outras, cf. CUNHA, L. A. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007a. CUNHA, L. A. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2. ed. São Paulo, Ed. UNESP, 2007b. CUNHA, L. A. *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007c. CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204. CUNHA, L. A. Política educacional: contenção e liberação. In: _____. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. p. 231-293.

⁵ Essa informação pode ser extraída das “Folhas de presença dos Senhores Membros do Conselho Geral da Universidade Municipal”, em reunião de 10/6, 19/7, 25/8 e 21/10/1955 no “Processo de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, 1955”. Nele, há uma reunião de documentos que, em sua maioria, não consta paginação (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *Processo n. 6.139/55, de autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto*. Expediente remetido ao MEC em 20 de agosto de 1956. São José do Rio Preto, 1956b. Depositado na Seção Técnica de Comunicações do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto).

⁶ Não foi possível localizar o “Regimento Interno”. Por essa razão, utilizamos o “Projeto de Regimento Interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto”, constante no “Expediente remetido ao MEC em 20/08/1956”, depositado na Seção Técnica de Comunicações do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

⁷ As atas do Departamento de Pedagogia ainda não foram encontradas e há uma grande possibilidade de terem sido extraviadas definitivamente.

Referências

ATTAB, Z. A. *A experiência da Reforma Universitária na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (1959-1964)*. 1973. 106 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 1973.

BRASIL. Constituição (1946). Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao46.htm>. Acesso em: 26 ago. 2011.

BRASIL. Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126095/decreto-lei-464-69>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em:

<www.fis.ufba.br/dfes/PDI/financ/decreto%2019.851.doc>. Acesso em: 26 ago. 2011.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

<<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109783/lei-5540-68>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

CANTONI, W. *Uma experiência de Reforma Universitária*: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. São Paulo: Tipografia Edanee S.A., 1964. 71 p.

CUNHA, L. A. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007a. 216 p.

_____. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007b. 300 p.

_____. *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2007c. 305 p.

-
- _____. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.
- _____. Política educacional: contenção e liberação. In: _____. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. cap. 5.
- FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. *Atas das assembleias gerais do Centro Acadêmico Filosofia*. São José do Rio Preto, 1958-1960. Depositado na Seção Técnica de Comunicações do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- _____. *Atas das Reuniões do Conselho dos Departamentos do Curso de História Natural*. São José do Rio Preto, 1961-1963. 2 v. (não paginados). Depositado na Secretaria do Departamento de Biologia do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- _____. *Atas das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do Departamento de Letras*. São José do Rio Preto, 1959-1963. Depositado na Secretaria do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- _____. *Projeto de Regimento Interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto*. Expediente remetido ao MEC em 20 de agosto de 1956. São José do Rio Preto, 1956a. Depositado na Seção Técnica de Comunicações do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- _____. *Processo n. 6.139/55, de autorização de funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto*. Expediente remetido ao MEC em 20 de agosto de 1956. São José do Rio Preto, 1956b. Depositado na Seção Técnica de Comunicações do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- _____. *Relatório de Atividades da Cadeira de Sociologia e Fundamentos Sociológicos da Educação, referente ao ano letivo de 1961*, apresentado pelo professor Wilson Cantoni e protocolado na Secretaria da FFCL de São José do Rio Preto em 6/2/1962. Depositado na Seção Técnica de Comunicações do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- FÁVERO, M. L. A. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. *Depoimentos*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 1-15, 1992. Disponível em: <http://www.unirio.br/estatuto/Da%20Catedra%20Universitaria%20ao%20Departamento.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2010.
- LODI, N. A. Documentos inéditos para a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (SP). *Humana*, São José do Rio Preto, v. 2, p. 181-205, 1976.
- _____. Documentos inéditos para a história da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. *Boletim "Sapere Aude"*, São José do Rio Preto, n. 20, ano XIII, p. 55-125, 1977.
- OLIVEIRA, N. R. *Sapere Aude: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto no período de 1957-1964*. 1989. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1989.
- SANFELICE, J. L. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 75-93.
- _____. História e historiografia de instituições escolares. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 35, p. 192-200, set. 2009.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº 5.177, de 13 de janeiro de 1959. Dispõe sobre aquisição, por doação, de patrimônio da Faculdade Municipal de Filosofia, Ciências e Letras, e sobre a organização didática e administrativa de instituto estadual congênere, criado pela Lei n. 3.844, de 10 de maio de 1957, na mencionada cidade. *Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, Poder Executivo*, São Paulo, SP, 15 jan. 1959. Seção 1, Ano LXIX, n. 11, p. 8.
- SILVA, D. A. e S. *Ensino Superior: um estudo de memória social*. 1995. 215 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Araraquara, Araraquara, 1995.
- VAIDERGORN, J. *As seis irmãs: as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras — Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo — 1957-1964: alguns subsídios interpretativos para o estudo do ensino superior do Estado de São Paulo*. 1995. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.